



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

Processo Legislativo nº 67/2024  
Comissão CJLCOAACPES

**PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA MATERIA.**

Veio a esta Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.854, de 23 de maio de 2024 de autoria do Poder Executivo, o qual busca a autorização do Poder Legislativo para abertura de crédito especial por Redução Orçamentária, no valor de R\$ 36.700,00 (trinta e seis mil e setecentos reais), no exercício do ano de 2024, a pretensão do presente projeto é utilizar os recursos provenientes de alienação de bens inservíveis que estão atualmente parados e podem ser utilizados para pagamento de débitos com a previdência dos servidores. A proposta está fundamentada na Lei de Responsabilidade Fiscal Lcp 101/00, em seu artigo 44.

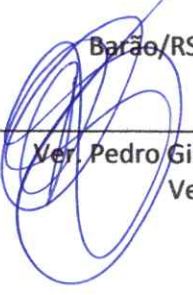
A assessoria jurídica da casa, opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria.


Após análise do presente projeto de lei, este relator opina pela sua legalidade e constitucionalidade, por atender ao disposto na Lei Orgânica Municipal e a Lei de responsabilidade fiscal.

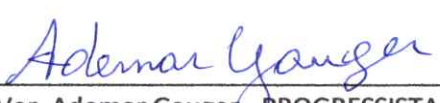
Ante ao exposto este relator Emite Parecer pela Constitucionalidade e a Legalidade do projeto de Lei nº 2.854 de 23 de maio de 2024.

Encaminho para os demais participantes desta Comissão para apreciação.

Barão/RS, 27 de maio de 2024.

  
Ver. Pedro Gilson Jahn – PROGRESSISTA  
Vereador Relator

  
Ver. Luciano Ricardo Sandrin – PSD  
☐ Favorável – Pelas Conclusões do Parecer  
☐ Contrário – Pelas Conclusões do Parecer  
☐ Abstenção .....

  
Ver. Ademar Gauger – PROGRESSISTA  
☐ Favorável – Pelas Conclusões do Parecer  
☐ Contrário – Pelas Conclusões do Parecer  
☐ Abstenção .....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
**BARÃO - RS**

Processo Legislativo nº 67/2024

Ao Presidente da Mesa

Após ser submetido pela Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.854 de 27 de maio de 2024 foi **APROVADO** por maioria de seus membros.

Desta forma, encaminha-se o presente projeto de lei a presidência da mesa, com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde, tendo em vista que o mesmo se contra **APTO** para ser votado em plenário, nos termos do Regimento Interno desta Cada Legislativa.

Barão/RS, 27 de maio de 2024.

Ver Pedro Gilson Jahn – PROGRESSISTA  
Presidente da Comissão de Constituição Justiça Legislação controle  
Orçamentário Agricultura Agroindústria Cooperativismo Pecuária Educação Saúde.